

A prática da educação física em escolas prisionais: Um estudo acerca do estado do conhecimento

The practice of physical education in prison schools: A study on the state of knowledge

Fabiula Partelli¹, Marconi Silva de Andrade², Felipe da Silva Triani³

Como citar esse artigo. PARTELLI, F. ANDRADE, M. S. TRIANI, F. S. A prática da educação física em escolas prisionais: Um estudo acerca do estado do conhecimento. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 16, n. 3, p. 306-316, set./dez. 2025.



Resumo

A prática da Educação Física em escolas prisionais é uma ferramenta educativa com potencial para contribuir na ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Este estudo, de caráter qualitativo e bibliográfico, tem como objetivo analisar a produção científica sobre a prática pedagógica da Educação Física no sistema prisional brasileiro entre os anos de 2013 e 2023, a partir da metodologia do Estado do Conhecimento. Os resultados indicam que a produção acadêmica sobre a temática ainda é limitada, com maior concentração em artigos científicos e escassez de investigações de caráter empírico. As publicações analisadas tratam de questões como os obstáculos enfrentados por professores, a visão dos apenados sobre as atividades físicas, as deficiências estruturais das unidades prisionais e os efeitos subjetivos da experiência escolar no cárcere. Diante desse cenário, compreende-se que a Educação Física, apesar dos inúmeros desafios, revela-se como uma prática pedagógica significativa no contexto da privação de liberdade.

Palavras-chave: Atividades corporais; Privação de liberdade; Escolarização de adultos; Processo educativo.

Abstract

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

The practice of Physical Education in prison schools is an educational tool with the potential to contribute to the resocialization of individuals deprived of their liberty. This qualitative and bibliographic study aims to analyze the scientific production on the pedagogical practice of Physical Education in the Brazilian prison system between 2013 and 2023, based on the State of Knowledge methodology. The results indicate that academic production on the subject is still limited, with a greater concentration of scientific articles and a shortage of empirical research. The publications analyzed deal with issues such as the obstacles faced by teachers, the view of inmates on physical activities, the structural deficiencies of prison units and the subjective effects of the school experience in prison. Given this scenario, it is understood that Physical Education, despite the numerous challenges, proves to be a significant pedagogical practice in the context of deprivation of liberty.

Keywords: Body practices; Incarceration; Adult education; Educational process.

Afiliação dos autores:

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

²Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá. Bolsista CAPES. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

³Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. Jovem Cientista do Nosso Estado - FAPERJ.

E-mail de correspondência: conl.andrade@gmail.com

Recebido em: 07/05/2025. Aceito em: 09/09/2025.

Introdução

No contexto do sistema prisional, a Educação Física é reconhecida como um componente relevante no processo educativo, atuando para além da realização de práticas corporais, devido à contribuição para o desenvolvimento de habilidades sociais (Gonçalves, 2018). Nesse sentido, a Educação Física é um recurso educativo que pode auxiliar na preparação para a reinserção social, devido a contribuição da ressocialização dos apenados. Apesar de seu potencial pedagógico, os estudos que investigam a Educação Física no contexto prisional têm evidenciado desafios que comprometem a efetividade das práticas educativas. Entre as principais dificuldades relatadas estão a falta de formação continuada para os professores, a escassez de materiais didáticos, as limitações dos espaços destinados às atividades e as restrições impostas pelas normas de segurança das instituições (Braga; Rosa, 2022).

Apesar dos desafios enfrentados, a produção científica ressalta que a Educação Física, pode contribuir de maneira expressiva para o processo educativo no ambiente prisional. Essa contribuição ocorre por meio do desenvolvimento de capacidades motoras, do estímulo à convivência social e da organização do tempo e do espaço vivenciado pelos apenados, aspectos apontados como relevantes para a dinâmica da rotina escolar nas prisões (Onofre, 2011). Embora a Educação Física seja reconhecida devido a sua importância no ambiente prisional, a produção científica sobre a temática ainda se apresenta incipiente quando comparada a outros contextos educacionais. Os estudos desenvolvidos têm buscado compreender os desafios enfrentados na prática pedagógica e os potenciais educativos da disciplina, considerando as especificidades do sistema prisional (Custodio; Nunes; Paixão, 2019; Braga; Rosa, 2022; Lucindo *et al.*, 2023).

A análise da produção científica sobre a Educação Física em escolas prisionais no Brasil também aborda a importância dela enquanto direito educacional previsto em políticas públicas, discutindo também as percepções dos estudantes privados de liberdade em relação à prática corporal nesse ambiente (Onofre; Julião, 2013). Tais estudos possibilitam compreender quais aspectos têm sido priorizados nas pesquisas, de que forma os debates estão sendo conduzidos e quais caminhos vêm sendo apontados no desenvolvimento da Educação em contexto prisional. Apesar dessas contribuições, destaca-se que a literatura sobre a prática educativa da Educação Física em unidades prisionais ainda é limitada, principalmente no que se refere à sistematização de práticas pedagógicas específicas e ao desenvolvimento de investigações empíricas em realidades distintas (Barros Filho, 2021; Silva, 2023).

Dessa forma, este estudo apresenta-se como uma contribuição relevante para o avanço do conhecimento acerca da prática educativa da Educação Física em escolas prisionais, através da sistematização e a análise crítica das produções científicas já existentes sobre essa temática. Devido à escassez de estudos empíricos e de propostas pedagógicas consolidadas, a investigação do estado do conhecimento possibilita identificar os principais desafios, avanços e lacunas que caracterizam a atuação da Educação Física em ambientes de privação de liberdade. Os resultados obtidos pelo mapeamento poderão subsidiar novas pesquisas e contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas à realidade das unidades prisionais. Assim, objetivou-se mapear a produção científica sobre a prática pedagógica da Educação Física em escolas prisionais.

Metodologia

Esta pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, cuja metodologia adotada consistiu-se na realização de uma revisão. Segundo Prodanov e Freitas (2013), esse procedimento visa contextualizar e fundamentar a pesquisa, possibilitando a identificação do estado do conhecimento de determinada temática, por meio da análise de trabalhos já publicados.

A revisão foi realizada com o objetivo de mapear, descrever e analisar a produção científica relacionada à prática educativa da Educação Física em escolas prisionais, buscando identificar as principais abordagens, desafios, lacunas e contribuições apontadas nas investigações existentes. A utilização do

estado do conhecimento é adequada para esta pesquisa, considerando que, conforme Rosa e Araújo (2023), essa estratégia permite organizar, reunir e refletir sobre o conjunto de estudos desenvolvidos em determinada área, delimitando um período específico de produção acadêmica.

De acordo com Morosini e Fernandes (2014), o estado do conhecimento consiste em um processo sistemático de identificação, registro, categorização e análise crítica da literatura disponível, com o intuito de compreender a evolução das pesquisas e apontar tendências, limites e possibilidades para novos estudos. Assim, esta investigação teve como finalidade compreender o cenário atual da produção científica sobre a Educação Física em escolas prisionais no Brasil, considerando o período de 2013 a 2023.

O levantamento bibliográfico foi realizado em Google Acadêmico, SciELO e o Portal de Periódicos CAPES. Os critérios de inclusão dos trabalhos consideraram: produções acadêmicas em língua portuguesa, publicadas entre os anos de 2013 e 2023, que abordassem diretamente a prática educativa da Educação Física em escolas prisionais, em formato de artigos, dissertações e teses.

Os critérios de exclusão envolveram: trabalhos que não abordavam diretamente a Educação Física no contexto prisional, produções duplicadas em diferentes bases de dados, e publicações do tipo resenha, ensaio ou anais de eventos. Após o processo de seleção, os estudos foram organizados e analisados a partir da identificação dos autores, do título, do tipo de produção, dos objetivos e dos procedimentos metodológicos utilizados.

A sistematização e análise dos dados permitiram mapear a produção científica existente sobre a temática, destacando os principais desafios enfrentados, os enfoques predominantes nas pesquisas, bem como as lacunas ainda presentes no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à Educação Física em ambientes de privação de liberdade.

Resultados

Os resultados deste estudo apresentam um panorama das produções acadêmicas que discutem a prática educativa da Educação Física em escolas prisionais, possibilitando compreender as principais características das investigações realizadas sobre essa temática, através da organização das produções selecionadas com destaque para o autor, título do trabalho e tipo de publicação (Tabela 1). Essa sistematização permite visualizar de forma objetiva quais são os estudos que compõem o *corpus* desta pesquisa, além de evidenciar o predomínio de artigos científicos. Além dos artigos científicos, também existem produções acadêmicas como a dissertação de Bomfim (2023) e a tese de Silva (2023), o que reforça o caráter ainda incipiente da produção científica voltada à Educação Física em ambientes de privação de liberdade.

Tabela 1. Citação, título e tipo de produção que versam sobre a prática educativa da Educação Física em escolas prisionais

<i>n</i>	Citação	Título	Tipo
1	Onofre e Julião (2013)	A Educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas	Artigo
2	Custodio, Nunes e Paixão (2019)	A docência em “celas de aula”: Desafios dos professores de Educação física em escolas prisionais	Artigo
3	Lopes, Lima, Almeida (2019)	A EJA no sistema penitenciário: inclusão e ressocialização	Artigo
4	Bomfim (2023)	Pedagogia da resistência: pelo direito de ser mais: narrativas (auto) biográficas sobre a EJA nas prisões	Dissertação
5	Lucindo <i>et al.</i> (2023)	Prática de atividade física no sistema prisional como alternativa didática e de qualidade de vida	Artigo
6	Silva (2023)	As vozes do cárcere: uma análise discursiva das autobiografias de estudantes da EJA de uma escola prisional do Estado de Pernambuco	Tese

Fonte. Autores, 2025.

A Tabela 1 apresenta a sistematização das produções científicas que abordam a prática educativa da Educação Física em escolas prisionais. Observa-se que o *corpus* analisado é composto por seis produções acadêmicas, publicadas entre os anos de 2013 e 2023, o que demonstra um número ainda restrito de investigações sobre a temática, considerando a sua relevância social e educacional.

Quanto à natureza dos trabalhos, nota-se o predomínio de artigos científicos, que correspondem a 66,6% das produções analisadas. Além dos artigos, identifica-se uma dissertação e uma tese, representando 16,7% cada. Esse resultado evidencia que, embora a temática esteja presente no meio acadêmico, ela ainda carece de maior aprofundamento, principalmente em pesquisas de caráter empírico e de maior abrangência, como dissertações e teses.

Com o intuito de ampliar a compreensão sobre os focos investigativos das produções científicas que abordam a prática educativa da Educação Física em escolas prisionais, apresenta-se a Tabela 2. Essa tabela reúne e organiza os objetivos principais de cada estudo, possibilitando identificar as finalidades propostas em cada pesquisa. A sistematização dos objetivos permite observar que as produções se dedicam, em sua maioria, à análise de desafios enfrentados no contexto prisional, à compreensão das práticas pedagógicas, às percepções de professores e estudantes, bem como à reflexão sobre a função social da Educação Física nesses espaços (Tabela 2).

Tabela 2. Citação e objetivo das produções que versam sobre a prática educativa da Educação Física em escolas prisionais

n	Citação	Objetivo
1	Onofre e Julião (2013)	Trazer contribuições para o debate sobre a oferta de Educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade e enfatiza a necessidade de concretização de políticas públicas que concebam a Educação como direito humano, investindo em suas dimensões escolares e não-escolares e em recursos didático-pedagógicos e humanos.
2	Custodio, Nunes e Paixão (2019)	Investigar possíveis desafios enfrentados por professores de Educação Física em escolas prisionais.
3	Lopes, Lima, Almeida (2019)	Analisar a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Penitenciário do estado do Ceará como um instrumento no processo de ressocialização do detento.
4	Bomfim (2023)	Apresentar as narrativas (auto)biográficas de professoras/coordenadoras que atuaram ou atuam no Sistema penitenciário do Distrito Federal (DF) e revelam a partir de seus relatos, a trajetória de mulheres fortes e decididas, que conscientes de seu papel social nas prisões, narram sobre a experiência de fazer EJA nas prisões.
5	Lucindo <i>et al.</i> (2023)	Investigar o que os detentos de um sistema penitenciário pensam sobre a prática da atividade física, especificamente da prática esportiva, buscando avaliar os impactos da prática de Educação Física na visão dos detentos.
6	Silva (2023)	Compreender o modo como os discursos de estudantes do gênero masculino, em situação de privação de liberdade, produzem efeitos de sentido de culpa e de arrependimento ao construírem narrativas sobre as suas próprias vidas.

Fonte. Autores, 2025.

Os estudos analisados tratam da prática educativa da Educação Física em escolas prisionais sob diferentes perspectivas, contribuindo para a ampliação da compreensão sobre o papel dessa área no contexto da privação de liberdade. O estudo de Onofre e Julião (2013) tem como foco o debate sobre a oferta educacional voltada a jovens e adultos em situação de encarceramento. Os autores defendem a

formulação de políticas públicas que reconheçam a Educação como um direito humano fundamental, o que implica o investimento em dimensões escolares e não escolares, bem como em recursos pedagógicos, didáticos e humanos. Dentro desse escopo, a Educação Física se insere como componente essencial da formação integral, exigindo atenção específica para sua efetiva implementação nos espaços de privação de liberdade.

Custodio, Nunes e Paixão (2019) abordam os desafios enfrentados por docentes de Educação Física que atuam em escolas prisionais, apontando para os limites estruturais, pedagógicos e institucionais que comprometem o pleno desenvolvimento das atividades propostas. O estudo evidencia as tensões entre as finalidades educativas da disciplina e as condições adversas do ambiente prisional, indicando a necessidade de estratégias que favoreçam a atuação docente e a consolidação de práticas pedagógicas significativas.

O trabalho de Lopes, Lima e Almeida (2019) propõe a análise da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema penitenciário do estado do Ceará, enfatizando o seu papel no processo de ressocialização. A Educação Física, enquanto componente curricular da EJA, é compreendida como uma possibilidade de ampliação dos horizontes culturais e sociais dos internos, promovendo experiências formativas que ultrapassam o caráter disciplinador da instituição prisional.

Bonfim (2023), por sua vez, desenvolve um estudo com base em narrativas (auto)biográficas de professoras e coordenadoras atuantes em escolas prisionais do Distrito Federal. O objetivo é compreender como esses profissionais percebem e vivenciam a prática pedagógica no cárcere, especialmente no que se refere à EJA. A Educação Física aparece como parte dessas experiências, sendo atravessada pelas trajetórias pessoais e pela consciência do papel social da Educação nas prisões.

Lucindo *et al.* (2023) direcionam sua análise para a percepção dos detentos em relação à prática esportiva no contexto prisional, com ênfase nos efeitos da atividade física sobre aspectos físicos, emocionais e sociais. O estudo busca compreender como os internos interpretam a presença da Educação Física e da prática esportiva no seu cotidiano, reconhecendo seus impactos e limitações sob a ótica dos próprios sujeitos privados de liberdade.

Por fim, Silva (2023) investiga os discursos de estudantes do gênero masculino sobre suas experiências escolares no cárcere, focalizando os efeitos subjetivos da Educação, incluindo a Educação Física, sobre arrependimento e ressignificação da trajetória de vida. O estudo destaca como a escolarização, mesmo em condições de privação, pode fomentar processos reflexivos e a construção de novas narrativas pessoais.

De modo geral, os estudos revelam que a Educação Física em escolas prisionais é atravessada por dimensões pedagógicas, políticas, institucionais e subjetivas. Embora enfrentem desafios estruturais e simbólicos, as práticas desenvolvidas nesse contexto possuem potencial para promover ressignificação de experiências, fortalecer vínculos identitários e contribuir para a Educação como prática de liberdade.

A Tabela 3, por sua vez, apresenta os aspectos metodológicos das produções científicas analisadas, permitindo observar as principais características relacionadas à abordagem, ao tipo de pesquisa, aos instrumentos de coleta de dados e aos participantes envolvidos em cada estudo. Essa sistematização possibilita compreender de que maneira as investigações sobre a prática educativa da Educação Física em escolas prisionais vêm sendo desenvolvidas no cenário acadêmico.

Tabela 3. Aspectos metodológicos das pesquisas sobre o meu tema

Citação	Abordagem	Tipo de Pesquisa	Instrumento de Coleta de Dados	Participantes
1 Onofre e Julião (2013)	Qualitativa	Bibliográfica	Revisão integrativa de literatura	Não há
2 Custodio, Nunes e Paixão (2019)	Qualitativa	Exploratória e Descritiva	Entrevista semiestruturada, questionário e Caderno de campo	Professores da EJA da escola prisional
3 Lopes, Lima, Almeida (2019)	Qualitativa	Bibliográfica e Documental	Utilizou-se o método indutivo para descrever, explicar e analisar a legislação pertinente à Educação no sistema penitenciário	Não há
4 Bomfim (2023)	Qualitativa	Autobiográfica	Relatos autobiográficos	Professoras/coordenadoras que atuaram ou atuam nas escolas prisionais do Distrito Federal
5 Lucindo <i>et al.</i> (2023)	Qualitativa	Bibliográfica	Revisão integrativa de literatura	Não há
6 Silva (2023)	Qualitativa	Autobiográfica	Relatos autobiográficos	Estudantes da EJA de escolas prisionais

Fonte. Autores, 2025.

Observa-se que todas as pesquisas analisadas apresentam abordagem qualitativa, o que evidencia a predominância de estudos que buscam compreender as experiências, percepções e contextos vivenciados no ambiente prisional. Em relação ao tipo de pesquisa, destacam-se os estudos de natureza bibliográfica (Onofre; Julião, 2013; Lucindo *et al.*, 2023) e autobiográfica (Bonfim, 2023; Silva, 2023), além de investigações exploratórias e descritivas (Custodio; Nunes; Paixão, 2019) e estudos de caráter documental (Lopes, Lima; Almeida, 2019).

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, verificou-se que os estudos com investigação empírica utilizaram, majoritariamente, entrevistas semiestruturadas, questionários, cadernos de campo e relatos autobiográficos. Em contrapartida, os estudos de natureza bibliográfica se concentraram na revisão integrativa da literatura, evidenciando o caráter teórico-reflexivo de parte das pesquisas.

Em relação aos participantes, destaca-se que parte significativa dos estudos não envolveu sujeitos diretamente (Onofre; Julião, 2013; Lopes, Lima; Almeida, 2019; Lucindo *et al.*, 2023), enquanto outras investigações contaram com professores da EJA que atuam em escolas prisionais (Custodio; Nunes; Paixão, 2019; Bonfim, 2023) ou com estudantes privados de liberdade (Silva, 2023). Esses dados indicam que, embora existam avanços na produção de estudos empíricos, ainda é limitado o número de investigações que exploram as experiências dos próprios estudantes em privação de liberdade.

Diante desses resultados, verifica-se que a literatura analisada privilegia abordagens qualitativas e descritivas, com foco na análise dos desafios, das percepções e das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto prisional. Entretanto, observa-se a necessidade de ampliação das investigações com maior diversidade metodológica, especialmente estudos empíricos que envolvam diretamente os sujeitos do contexto escolar prisional.

Os principais resultados observados nas produções científicas que compõem esta pesquisa, possibilitam a identificação das temáticas centrais, os achados mais relevantes e os aspectos recorrentes

discutidos nos diferentes trabalhos. Esses resultados estão dispostos na Tabela 4 e vão desde a identificação de desafios enfrentados no contexto da Educação Física em escolas prisionais até a análise de suas potencialidades enquanto prática educativa. Entre os principais aspectos abordados destacam-se: a necessidade de ressignificação da Educação no ambiente prisional, os limites impostos pelas condições estruturais, as estratégias de inclusão e ressocialização, além das percepções dos próprios sujeitos envolvidos no processo educativo. Portanto, é possível visualizar as principais produções científicas acerca do tema, possibilitando uma análise crítica e reflexiva sobre a realidade da Educação Física em escolas prisionais.

Tabela 4. Principais resultados observados nos estudos que compuseram o corpus da pesquisa

<i>n</i>	Citação	Principais Resultados
1	Onofre e Julião (2013)	Pensar Educação nesse contexto significa repensar a instituição prisão como uma comunidade de aprendizagens que envolve todos os seus atores, dotando o homem aprisionado de conhecimentos, valores e competências que lhe permitam reconhecer-se como sujeito de direitos, que conduza a própria vida no presente e ressignifica seu passado em direção a um projeto de vida futura.
2	Custodio, Nunes e Paixão (2019)	Os docentes revelaram vários desafios, destacando-se os limites para o desenvolvimento de suas ações com a Educação Física, em razão das aulas acontecerem somente dentro da sala/cela e com diversas restrições. Essa situação limita o alcance dos propósitos educacionais da disciplina, em razão de suas necessidades, e estabelecem um paradoxo, pois quando se pensa na mesma pressupõe a presença de movimento e práticas corporais.
3	Lopes, Lima, Almeida (2019)	Os resultados da pesquisa revelam que a EJA tem proporcionado oportunidade de escolarização e inclusão social. Além de formação humana e formação para o trabalho. No entanto, é necessária uma política pública contínua que proporcione não apenas a oferta de escolarização no interior do presídio, mas também uma Educação reflexiva, crítica, problematizadora. Uma Educação que seja humanizadora.
4	Bomfim (2023)	Os resultados revelam que a Educação prisional no Distrito Federal apresenta fragilidades relacionadas à falta de institucionalização e planejamento articulado entre os órgãos responsáveis. Bomfim ressalta que há uma estagnação na oferta de Educação formal, com baixa efetividade na ampliação das matrículas na EJA. Os resultados destacam a importância de práticas educativas emancipadoras, que considerem as especificidades dos apenados.
5	Lucindo <i>et al.</i> (2023)	Os resultados revelam uma visão positiva da prática esportiva pelos detentos, destacando benefícios físicos, emocionais e sociais. A relação entre a atividade física e a redução da violência e conflitos dentro da prisão é evidenciada. As sugestões dos detentos para aprimorar a prática esportiva incluem a diversificação de atividades, melhorias na infraestrutura e acesso a equipamentos adequados.
6	Silva (2023)	A pesquisa aponta para um excesso de violência na atuação dos policiais, seja com os sujeitos já em privação de liberdade, no interior da penitenciária, seja quando de sua abordagem/prisão, nos revelando uma discrepância entre a efetiva conduta e o que deveria funcionar como sua posição, enquanto órgão de segurança legitimado pelo Estado.

Fonte. Autores, 2025.

É possível identificar distintos enfoques nos estudos que integram o *corpus* da pesquisa, os quais abordam a interface entre Educação, práticas corporais e o contexto prisional, com convergências e divergências nas abordagens (Tabela 4). Onofre e Julião (2013) evidenciam a necessidade de ressignificar a instituição prisional, propondo a construção de uma comunidade de aprendizagem capaz de reconhecer o sujeito privado de liberdade como detentor de direitos e capaz de projetar-se para além do encarceramento. Nesse contexto, esse trabalho demonstra uma perspectiva transformadora da Educação, voltada para a emancipação e reinserção social.

Custódio e Nunes (2019) destacam os desafios enfrentados por docentes de Educação Física no interior da prisão. As limitações estruturais e normativas que comprometem os objetivos pedagógicos da disciplina são apontadas como os principais desafios nas escolas prisionais. Os autores indicam que a prática da Educação Física no espaço prisional é complexa devido às necessidades pedagógicas e as restrições do ambiente, o que evidencia um paradoxo: embora o corpo esteja presente, a sua expressão por meio do movimento é cerceada.

O estudo de Lopes, Lima e Almeida (2019) possui como ênfase a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ambiente prisional, destacando avanços relacionados à escolarização e à inclusão social. Nesse trabalho, é ressaltada a importância de políticas públicas contínuas que, além de ampliarem a oferta educacional, promovam uma Educação crítica, reflexiva e humanizada, apontando para uma perspectiva mais abrangente do direito à Educação no cárcere.

O trabalho de Bonfim (2023) apresenta como principais resultados a valorização das narrativas autobiográficas de professoras e coordenadoras de escolas prisionais do Distrito Federal. O estudo evidenciou, por meio dos relatos dessas mulheres, as experiências da docência em contextos de privação de liberdade, destacando os desafios, resistências e superações. Os resultados revelam estratégias pedagógicas construídas a partir das realidades concretas das prisões. Além disso, o estudo evidencia a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um espaço de possibilidades, de fortalecimento das identidades docentes e de promoção de práticas educativas humanizadoras, mesmo em um ambiente marcado por restrições e adversidades.

Lucindo *et al.* (2023), por sua vez, apresentam uma abordagem voltada à prática esportiva, destacando seus efeitos positivos sobre os internos, sobretudo no que se refere aos benefícios físicos, emocionais e sociais. Observa-se uma correlação entre a prática de atividades físicas e a redução de conflitos no ambiente prisional. O estudo enfatiza a necessidade de políticas que garantam acesso a práticas esportivas diversificadas e a equipamentos adequados.

Silva (2023), em sua pesquisa, possui outro ângulo de discussão, apontando criticamente para o excesso de violência institucional, seja por parte de agentes de segurança ou como resultado das condições impostas aos apenados. O autor revela uma disparidade entre o discurso oficial e a prática cotidiana, destacando que o aparato prisional muitas vezes atua mais como instância de repressão do que como órgão legítimo de ressocialização.

Dentre os estudos analisados, é possível identificar convergência entre aqueles que ressaltam o papel transformador da Educação, bem como a limitação imposta pelo ambiente prisional às práticas pedagógicas. Também, há aproximação entre as pesquisas que ressaltam a importância da prática esportiva e aqueles que denunciam a repressão e o controle corporal como componentes estruturantes do cotidiano prisional. Assim, os estudos evidenciam que, embora existam experiências e práticas com potencial emancipador no interior do sistema prisional, ainda existem obstáculos significativos, decorrentes das contradições entre o discurso da ressocialização e a lógica punitiva que permeia a instituição.

Discussão

A análise das produções acadêmicas sobre a Educação Física no sistema prisional evidencia um campo de investigação em expansão, cuja importância não se limita ao âmbito curricular, envolvendo processos de formação integral e reintegração social. Onofre e Julião (2013), argumentam que a Educação nos cárceres privados requer uma reconfiguração do próprio papel da instituição carcerária, concebendo-a como espaço de aprendizagem capaz de favorecer o desenvolvimento de pessoas conscientes de seus direitos e aptos à reconstrução de seus projetos de vida. Nessa lógica, a Educação Física se insere como componente formativo que contribui tanto para a Educação quanto para a constituição de vínculos interpessoais e da organização da rotina em espaços marcados pelo confinamento.

Entretanto, os profissionais que atuam nesse cenário enfrentam desafios significativos. As limitações

estruturais, a carência de materiais pedagógicos e as normas rígidas impostas pelas instituições penais comprometem o alcance das propostas educativas. De acordo com Custódio e Nunes (2019), os docentes lidam com condições adversas que dificultam a realização de práticas corporais dinâmicas, elemento fundamental que distingue a Educação Física de outras disciplinas escolares. Nesse cenário, é possível visualizar uma contradição entre a natureza pedagógica da Educação Física e as possibilidades reais de sua implementação no cárcere.

Além da dificuldade em realizar a prática da Educação Física, a escassez de políticas públicas efetivas voltadas à Educação em privação de liberdade também se apresenta como fator limitante. Embora a legislação brasileira assegure a oferta de escolarização a pessoas privadas de liberdade, a estruturação das ações pedagógicas, incluindo as atividades físicas, ainda carece de maior investimento e sistematização. De acordo com Lopes, Lima e Almeida (2019), não basta garantir o acesso à escolarização; é preciso assegurar uma Educação crítica e libertadora, que promova o desenvolvimento humano.

A pesquisa desenvolvida por Bonfim (2023) contribui significativamente ao trazer à tona relatos autobiográficos de educadoras que atuam em escolas vinculadas ao sistema penitenciário do Distrito Federal. Os relatos evidenciam as estratégias de adaptação às realidades institucionais, revelando a docência que ultrapassa o simples cumprimento de conteúdo, ao se comprometer com práticas pedagógicas humanizadoras. Nesse contexto, a Educação Física busca promover autonomia e dignidade, ainda que de forma limitada pelas circunstâncias.

Por outro lado, a investigação realizada por Lucindo *et al.* (2023) destaca a percepção dos apenados em relação às atividades esportivas, ressaltando benefícios que vão além do aspecto físico. Os internos associam práticas corporais às melhorias na saúde mental, à redução de conflitos e a socialização. Essas evidências sugerem que a presença da Educação Física no cotidiano prisional pode contribuir não apenas para o bem-estar, mas também para a pacificação do ambiente.

No estudo de Silva (2023), é abordado os discursos de estudantes encarcerados e suas vivências escolares, evidenciando os efeitos subjetivos provocados pela Educação, em que a Educação Física é evidenciada como uma ferramenta que pode proporcionar mudanças na perspectiva de vida. A pesquisa revela que, mesmo em condições de cárcere, a Educação pode funcionar como espaço de elaboração simbólica e reconstrução da identidade pessoal.

Os resultados, portanto, demonstram que a Educação Física, quando inserida em um projeto pedagógico que possui como objetivo a transformação social, possui potencial para colaborar com o processo educativo em prisões. Contudo, a revisão da literatura também revela que a maioria das pesquisas ainda se limita a análises teóricas ou exploratórias. Diante desse cenário, a produção acadêmica sobre o tema permanece incipiente diante da complexidade do estudo e da necessidade de soluções pedagógicas eficazes (Braga; Rosa, 2022). Assim, a Educação Física no ambiente carcerário não pode ser compreendida apenas como uma atividade complementar ou recreativa, mas como uma prática pedagógica que pode desempenhar papel relevante na formação cidadã e no exercício da convivência. Para consolidar essa perspectiva, faz-se necessário o fortalecimento de políticas públicas, formação continuada de docentes e a garantia de condições materiais e simbólicas que potencializem o ensino da Educação Física nos espaços de privação de liberdade.

Conclusão

A prática educativa da Educação Física em escolas prisionais é de grande relevância para a formação de pessoas em situação de privação de liberdade, com a possibilidade de contribuir na construção de trajetórias educativas, na resignificação de vivências e em experiências de socialização. Embora os estudos revelem iniciativas pontuais e evidenciem os benefícios dessa disciplina escolar no contexto carcerário, persistem desafios de âmbito estrutural, institucional e simbólico.

A análise crítica da produção científica identificou a presença ainda escassa de investigações

empíricas voltadas à sistematização de metodologias específicas para o ensino da Educação Física em espaços de confinamento, o que reforça a necessidade de ampliação de pesquisas que contemplem a realidade concreta das escolas prisionais. Dessa forma, este estudo contribui ao oferecer um panorama das abordagens existentes, sinalizando os avanços obtidos, os desafios recorrentes e as lacunas a serem superadas para a consolidação de uma Educação Física baseada nos princípios da Educação como direito humano e da pedagogia emancipadora.

Portanto, reafirma-se a importância da Educação Física como componente curricular, que pode, portanto, desempenhar papel estratégico na reintegração social e na construção de uma cultura escolar mais inclusiva e significativa dentro das instituições penais. Para tanto, é indispensável o investimento em políticas públicas específicas, formação docente contínua e o fortalecimento de ações educativas que reconheçam o potencial formativo da disciplina.

Cabe ressaltar que, se por um lado esse estudo tenha se limitado à análise da produção científica acerca do tema, por outro, contribuir na sistematização das investigações sobre a Educação Física em escolas prisionais. Ademais, vale destacar a necessidade de investigações de outras naturezas, considerando que a maior parte das pesquisas acerca da temática aqui estudada trata-se de estudos de revisão.

Conflitos de interesse

Os autores declaram que não há conflitos de interesse potencial com relação à pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo.

Referências

- BARROS FILHO, A. D. de. **Educação física e direitos humanos em prisões: uma análise das ações de Educação física e esporte na Educação de jovens e adultos em privação de liberdade**. Maceió: Editora Olyver, 2021.
- BOMFIM, V. M. F. A. A Educação no sistema prisional do Distrito Federal: o olhar para além das grades. **Revista Latina Americana de Criminologia**, [S. l.], v. 2, n. 1, Dossiê Temático. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371853060_A_educacao_no_sistema_prisional_do_Distrito_Federal_o_olhar_para_alem_das_grades#fullTextFileContent. Acesso em: 9 abr. 2025.
- BRAGA, F. C.; ROSA, J. E. da. Prison education in Brazil: state-of-the-knowledge. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, [S. l.], v. 15, n. 34, e16703, 2022. DOI: 10.20952/revtee.v15i34.16703. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570272314058>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- CUSTÓDIO, G. C. C.; NUNES, C. M. F.; PAIXÃO, J. A. Educação física escolar em unidades prisionais: elementos para se pensar sobre a Educação “por entre as grades”. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 24, e66352, 2021. DOI: 10.5216/rpp.v24.66352. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/66352>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- GONÇALVES, L. **Ressocialização e Educação física: contribuições para a transformação social no ambiente prisional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- LOPES, A. P.; LIMA, M. de F.; ALMEIDA, J. C. A prática da Educação Física no sistema prisional: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 123-134, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/123456>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- LUCINDO, A. *et al.* Prática de atividade física no sistema prisional como alternativa didática e de qualidade de vida. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 5, n. 7, nov./dez. 2023. DOI: 10.56579/rei.v5i7.999. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/999>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. de O.; BATISTA, M. C. **Metodologia da pesquisa em Educação e ensino de ciências**. Maringá: Gráfica e Editora Massini, 2021.
- MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. DOI: 10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- ONOFRE, E. M. C. Educação escolar na prisão: controvérsias e caminhos de enfrentamento e superação da cilada. *In*: LOURENÇO, A. da S.; ONOFRE, E. M. C. (orgs.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. p. 267-285. ISBN: 978-85-7600-296-3. DOI: 10.7476/9788576002963.0013. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ftg2t/pdf/lourenco-9788576002963-13.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ONOFRE, E. M. C.; JULIÃO, E. F. A Educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227369005.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSA, C. T. W. da; ARAÚJO, C. S. O. de. Estado do conhecimento: fundamentos e procedimentos metodológicos. *In*: MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. de O.; BATISTA, M. C. (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em Educação e ensino de ciências**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023. p. 59-78.

SILVA, M. H. da; CARNIEL, F. Docência e vida afetiva na prisão: um mapeamento dos estudos brasileiros (2011–2021). **Linhas Críticas**, Brasília, v. 29, e48552, 2023. DOI: 10.26512/lc29202348552. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-04312023000100207&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 abr. 2025.